Paulo Vaz
Universidade Federal do
Rio de Janeiro

Nicole Sanchotene
Universidade Federal do
Rio de Janeiro

Amanda Santos
Universidade Federal do
Rio de Janeiro

**Populismo conservador e
a disputa pelo
lugar de vítima
na eleições de 2018**

**Conservative populism
and the dispute for the
place of victim in
the 2018 brazilian
presidential election**

**El populismo
conservador y la
disputa por el lugar de la
víctima en las elecciones
presidenciales
brasileñas de 2018**

RESUMO

Este artigo analisa a forma como foi explorada a figura da vítima no segundo turno das eleições presidenciais de 2018. Além dos programas eleitorais veiculados na televisão, o corpus inclui vídeos de transmissões ao vivo feitas por páginas no Facebook. Argumentamos que o discurso de combate à corrupção foi fundamental para articular diferentes sofrimentos e formar uma coalizão entre os eleitores atraídos pelo discurso do populismo conservador.

Palavras-chave: Cultura da vítima. Corrupção. Populismo.

ABSTRACT

This article analyzes how the victim's figure was explored in the second round of the 2018 presidential elections. In addition to the electoral programs aired on television, the corpus includes videos of live broadcasts made through Facebook pages. We argue that the anti-corruption discourse was fundamental to articulate different sufferings and form a coalition among voters attracted by the speech of conservative populism.

Keywords: Victimhood culture. Corruption. Populism.

RESUMEN

Este artículo analiza cómo se exploró la figura de la víctima en la segunda vuelta de las elecciones presidenciales de 2018. Además de los programas electorales transmitidos por televisión, el corpus incluye videos de transmisiones en vivo realizados por páginas de Facebook. Argumentamos que el discurso anticorrupción fue fundamental para articular diferentes sufrimientos y formar una coalición entre los votantes atraídos por el discurso del populismo conservador.

Palabras clave: Cultura de la víctima. Corrupción. Populismo.

Submissão: 25-2-2019

Decisão editorial: 28-3-2019

Introdução

Ao se referir a seus adversários Guilherme Boulos (PSOL) e Fernando Haddad (PT) em uma transmissão ao vivo no Facebook, o candidato à presidência Jair Bolsonaro (PSL) ironizou: “Eles sempre se vitimizam, né? Pobres coitados”. Paradoxalmente, na sequência, menciona o atentado sofrido em 6 de setembro e afirma: “Eu sou vítima do que eu combato. Eu combato a violência e fui vítima”¹.

Este artigo pretende estudar como a campanha de Bolsonaro explorou de diferentes formas a figura da vítima no período compreendido entre o primeiro e o segundo turno das eleições de 2018 de forma a manter uma coalizão entre seus eleitores². A ênfase da análise não será dada à adoção do discurso de vítima pelo candidato após o atentado; de fato, pretende-se estudar como seu discurso constituiu seus potenciais eleitores como vítimas.

Para entender como sua campanha se desenhcou no segundo turno, cabe ressaltar que Bolsonaro já tinha conquistado o lugar de oposição ao PT

¹ “14/10/2018: Bolsonaro fala mais verdades!”. Disponível em: <https://youtu.be/KGVTURYPPrU>. Acesso em 25 fev. 2019.

² O corpus do trabalho foi constituído por propagandas eleitorais do candidato, inserções na programação televisiva e *lives* transmitidas em sua página no Facebook entre os dias 7 e 28 de outubro de 2018.

(anteriormente ocupado principalmente pelo PSDB), tido uma votação massiva no primeiro turno (pouco mais de 46% dos votos válidos) e estava com uma vantagem de 20 pontos percentuais sobre Haddad nas pesquisas logo após o primeiro turno. Portanto, a estratégia do candidato do PSL se reduzia a não perder muitos eleitores, o que significou evitar se expor na grande mídia, argumentar contra as críticas levantadas por seu oponente, especialmente as que se baseavam em suas inúmeras afirmações preconceituosas e antidemocráticas, e, por fim, apresentar promessas de mudanças.

Bolsonaro enfrentava dois dilemas maiores. O seu eleitorado é diverso, composto por grupos com interesses distintos. Isso significa que algumas de suas promessas podiam agradar um segmento, mas desagradar a outro. Era essencial, portanto, procurar ser moderado em suas colocações, reafirmando compromissos com seus aliados, sem, porém, afastar eleitores de outros grupos, que poderiam se indignar com posições muito radicais. Ao mesmo tempo, era crucial encontrar uma causa única para os sofrimentos de diferentes vítimas, isto é, um inimigo cuja forma de ação fosse capaz de explicar a razão para as frustrações de todos aqueles que compunham seu possível eleitorado.

Sustentaremos, primeiro, que a campanha construiu o PT e, mais genericamente, os “políticos” e sua corrupção como a causa de diferentes sofrimentos. Em segundo lugar, a campanha privilegiou a temática da segurança pública, pois também permite atrair um amplo espectro do eleitorado. Por fim, foi preciso abordar a questão da sexualidade, tema que atraía o segmento que talvez tenha sido decisivo para sua

vitória, o voto evangélico³, mas que por outro lado tinha o potencial de desagradar à parcela menos conservadora de seu eleitorado, que encontrava dificuldades em sustentar o voto em um candidato abertamente homofóbico e machista. Para resolver esse impasse, Bolsonaro preferiu restringir suas críticas à doutrinação e à sexualização precoce que estaria acontecendo nas escolas.

Essa pesquisa se depara imediatamente com duas objeções. A primeira é afirmar que Bolsonaro adotou um discurso de vítima. Como isso poderia ser verdade, se por diversas vezes o ex-militar e seus filhos criticaram o que eles denominam de “vitimismo” e “coitadismo”⁴? Uma breve história do conceito de vítima mostrará que o discurso conservador não combate a ideia de vítima em si, mas algumas vítimas específicas. Ou, ainda, o discurso de Bolsonaro é mais bem entendido como uma tentativa de disputar o lugar de quem é a verdadeira vítima.

A segunda objeção questiona a relevância de escolher como base empírica principal do artigo a propaganda eleitoral na TV, se no primeiro turno Bolsonaro foi bem-sucedido com pouquíssimo tempo de televisão. Mais genericamente, não teria essa eleição marcado o fim de uma era na política brasileira em que eram cruciais as alianças entre partidos para ma-

³ Segundo dados do Datafolha, em uma pesquisa de intenção de votos às vésperas do segundo turno, Bolsonaro aparecia com 11 milhões de votos a mais do que Haddad entre os eleitores evangélicos (ALMEIDA, 2019, p. 450), valor que se aproxima da diferença absoluta entre os dois candidatos ao fim das eleições (Bolsonaro foi eleito com aproximadamente 57 milhões de votos enquanto o candidato do PT obteve 47 milhões).

⁴ “Bolsonaro promete fim do ‘coitadismo’ de negro, gay, mulher e nordestino”. **Exame**. Disponível em: <https://abr.ai/2yXvP3T>. Acesso 25 fev. 2019.

ximizar o tempo de televisão? Não teria sido a eleição das redes sociais?

Mesmo que tenha sido, as redes sociais tendem a fragmentar a sociedade em grupos definidos pela proximidade de crenças e valores (SUNSTEIN, 2017). Desse modo, o discurso estratégico endereçado a esses grupos tende a reforçar as crenças e valores que singularizam cada um deles, fenômeno que parece se acentuar nas campanhas de candidatos conservadores (BENKLER; FARIS; ROBERTS, 2018, p. 75). Uma análise limitada às redes sociais não veria o esforço de construir um discurso capaz de estabelecer uma coação entre os diferentes grupos que podiam apoiá-lo. No programa eleitoral gratuito, Bolsonaro se dirige a todos os seus eleitores potenciais, tentando minimizar os possíveis conflitos entre seus diversos apoiadores e buscando articular o maior número possível de sofrimentos – o maior número de vítimas.

A disputa pelo lugar de vítima

Os dicionários etimológicos concordam que o termo latino “vítima” se referia a “um animal oferecido em sacrifício aos deuses” (ERNOUT; MEILLET, 2001, p. 732, tradução nossa). No entanto, a palavra vítima nos dias de hoje será muito mais facilmente associada a uma ação violenta ou evento⁵ que afeta de modo traumático os indivíduos. Nas últimas décadas, a vítima vem sendo uma categoria fundamental na maneira como articulamos demandas políticas e exigimos reconhecimento social. Pensar essa figura implica

⁵ Como faz parte das crenças contemporâneas supor que toda catástrofe ou acidente poderia ter seus danos evitados ou reduzidos pela ação do Estado, a vítima está ligada a uma ação humana e, portanto, já designa a forma do sofrimento contingente, evitável, em nossa cultura.

estudar um modo culturalmente específico de lidar com o sofrimento e de torná-lo inteligível. A vítima é a forma histórica do sofredor que marca a cultura contemporânea.

A vítima é a figura do sofredor quando a causa do sofrimento evitável é o ato imoral ou ilegal, e pressupõe um agente considerado imputável de culpa – não apenas um indivíduo, mas “qualquer entidade que pode escolher, como uma empresa ou um governo” (VAZ *et al*, 2006, p. 75). Por exemplo, no dia seguinte ao rompimento da barragem de Brumadinho, a procuradora-geral da República Raquel Dodge afirmou que “certamente há um culpado ou mais de um”⁶. Os sofrimentos considerados contingentes por uma cultura, portanto, são decisivos para constituir a moralidade.

Se acreditamos que a figura da vítima constitui uma forma contemporânea de lidar com a dor, cabe pensar de que outros modos a cultura ocidental já deu sentido à existência de sofrimentos. Durante o período cristão, as ideias de pecado e castigo divino forneceram as explicações necessárias aos indivíduos em momentos de aflição. Pela mediação da crença em um Deus onipotente, infinitamente preocupado com o destino dos seres humanos, os cristãos podiam articular diferentes sofrimentos à moralidade, desde a doença singular até epidemias e terremotos. Com o processo de secularização, a religião perde a sua influência na forma como os sujeitos pensavam os eventos em suas vidas.

⁶ “‘Certamente há um culpado ou mais de um culpado’, diz Dodge sobre tragédia em Brumadinho.” **G1**. Disponível em: <https://glo.bo/2SdF9ME>. Acesso em 23 fev. 2019.

A centralidade da ideia de política para os modernos implicava que a causa dos sofrimentos era atribuída ao sistema e à estrutura social. Os sofrimentos existentes podiam ser redimidos ou eliminados no futuro porque eram historicamente constituídos, e as estruturas sociais podiam ser transformadas no presente através da política. A partir dessa dependência moderna entre sofrimento e estrutura, podemos traçar três diferenças com a nossa pós-modernidade:

1. O sofredor moderno assume a forma dos miseráveis, explorados, oprimidos e reprimidos. Diferente da figura da vítima, que é subjugada por um agressor ou um evento, esse sofredor não é representado como sendo impotente diante de sua condição. Menos do que alguém passivo, é alguém que tem o seu potencial limitado, cuja força é explorada. O sofredor poderia agir para transformar a sua realidade, não na medida em que pode se superar, trabalhar mais e se tornar bem-sucedido economicamente, mas porque pode se mobilizar coletivamente para mudar a sociedade.
2. Se o sistema é responsável, a causa do sofrimento se dá como ação de longo prazo. Uma estrutura age por meio da socialização e de instituições: educação deficiente, desigualdade de oportunidades, outros tipos de privação ou processos de formação de crenças. A ideia de vítima, ao contrário, por pressupor um ato imoral na origem dos sofrimentos, implica em uma causalidade de curto prazo.
3. A constituição da estrutura social ou do sistema como causa do sofrimento permitia que

inúmeros sofrimentos pudessem ser reunidos em torno do sofredor maior: os trabalhadores explorados líderes na luta pela mudança social. Desse modo, a política foi capaz de incorporar diversas reivindicações à luta proletária. Os sofrendores estavam unidos sob a mesma narrativa e sob a égide de um mesmo movimento revolucionário. O feminismo e a liberação sexual, por exemplo, estavam alinhados à causa operária. Na pós-modernidade, porém, pela ausência de uma narrativa unificadora, explode o número de sofrimentos e sofrendores.

O mundo da vítima surge quando essa possibilidade de hegemonia da luta operária termina, com a queda do muro de Berlim e o fim da utopia socialista. Cada vez menos se acredita em uma alternativa ao capitalismo. Quando se perde o futuro como utopia e lugar de redenção, como horizonte incessantemente recuado, como lugar onde só existirão os sofrimentos ligados à condição humana, que não foram gerados por estruturas sociais injustas, passa a haver disputa de sofrendores pelos recursos afetivos e materiais do presente que sempre são escassos. Os movimentos combatendo preconceitos de raça, gênero e sexualidade ganharam autonomia em relação à luta operária. A pergunta passa a ser: quem é mais digno de ajuda?

Para complexificar a mudança, além dos novos movimentos de esquerda, surge um movimento de vítima cujo sofrimento é facilmente capturado pelo discurso conservador: a vítima de crime como questão social maior a partir da década de 1970 (COLE, 2007; GARLAND, 2001; SIMON, 2007). Seu imperativo político é o de que as vítimas de crime devem ser protegidas,

suas vozes ouvidas, sua memória honrada, seus danos reparados; seu ressentimento é considerado justo e seus temores devem constituir uma prioridade para os governos (GARLAND, 2001, p. 11). Além do mais, ser vítima de uma ofensa pode elevar o status de alguém (CAMPBELL; MANNING, 2018, p. 22).

Curiosamente, a figura da vítima foi articulada em um primeiro momento pelo movimento dos direitos civis norte-americanos. Foi através da temática da violência racial, do estupro e da violência doméstica que as minorias sociais foram pensadas como vítimas de crime e do Estado, seja porque eram perseguidas pela polícia ou porque, no caso das mulheres e das minorias sexuais, os agressores não eram punidos e o sofrimento não era reconhecido pelo sistema de justiça. De um lado, o Estado, por preconceito, é punitivo, isto é, pune desproporcionalmente certos grupos; de outro, também por preconceito, deixa de punir os indivíduos que causam sofrimento às minorias. Ao longo das décadas de 1970 e 80, as lutas tenderam a enfatizar os "crimes de ódio" e, portanto, denunciavam um Estado que punia pouco. De modo mais geral, a luta identitária nos Estados Unidos e em outros países deixa de estar articulada ao movimento operário e passa a adotar os temas promovidos pelo movimento de vítimas de crime. Frisam então a questão do crime motivado por preconceito: sofrem não pelo que fazem, mas pelo que são.

Embora o lugar da vítima esteja assegurado, quem merece ocupar essa posição é uma lacuna a ser preenchida e imediatamente disputada por diferentes grupos: quem seriam as verdadeiras vítimas? O movimento *Black Lives Matter* ("Vidas Negras Importam"), endereçado à violência policial contra

negros nos Estados Unidos, foi respondida pelos setores conservadores com o slogan *All Lives Matter* ("Todas as Vidas Importam"). Durante a corrida presidencial, Donald Trump afirmou que a campanha *Black Lives Matter* era "inerentemente racista", e que o termo dividia as pessoas⁷. Rapidamente, a frase *All Lives Matter* passou a ser usada na luta antiaborto ou "pró-vida". A disputa pelo lugar de vítima passou a ser entre os negros mortos por agentes policiais e o feto abortado – este considerado verdadeiramente inocente pelos conservadores.

Ao legitimar o estatuto de vítima das minorias sociais através de políticas compensatórias e ações redistributivas, o Estado desencadeou uma resposta conservadora. Para esses críticos, "qualquer forma de coletivismo é inerentemente vitimista, uma vez que corrói a autonomia individual por encorajar uma profunda dependência do grupo ou do Estado" (COLE, 2007, p. 7, tradução nossa). Valorizando o esforço individual, recusam qualquer forma de assistência que atrapalhe a avaliação por mérito ou que premie quem não se esforça. Esses grupos antivítimas não se apresentam contra a vítima em geral, apenas contra aqueles que fingem ser vítimas e supostamente exageram seu sofrimento para se beneficiarem da ajuda estatal. Se por um lado consideram o "vitimismo" uma ameaça, os conservadores ainda assim participam dessa política ao se colocarem em prol daquelas que seriam as verdadeiras vítimas: a vítima de violência urbana e o contribuinte, ambos prejudicados pela má alocação de recursos do Estado, que é acusado

⁷ "Three words that Republicans wrestle with: 'Black Lives Matter'". **Washington Post**. Disponível em: <https://wapo.st/2lxcONX>. Acesso em 23 fev. 2019.

de não agir de forma dura o bastante para conter a criminalidade. Nesse sentido, o policial é tratado também como uma vítima (SIMON, 2007, p. 76), porque além de arriscar a sua vida, veria sua ação cerceada e condenada por defensores dos Direitos Humanos.

Como podemos pensar esse fenômeno dentro do contexto da eleição presidencial de 2018 no Brasil? Aqui, também, a disputa pelo lugar de vítima foi essencial para a construção das campanhas de ambos os presidentiáveis. De um lado, a campanha de Haddad explorou o fato de Bolsonaro ter declarado abertamente apoio à ditadura militar no Brasil, homenageando o coronel Brilhante Ustra, reconhecido como torturador⁸. Em um de seus programas eleitorais, foram veiculadas imagens de um filme que reproduzia práticas de tortura utilizadas pelos militares, além de testemunhos de vítimas do próprio Ustra. A resposta dos eleitores de Bolsonaro veio na forma de montagens e textos que usavam a tortura como metáfora para a situação calamitosa da saúde pública brasileira. O empresário Luciano Hang, que apoiou publicamente a candidatura de Bolsonaro, escreveu em sua página pessoal:

Tortura é a espera nas filas dos hospitais por um atendimento. Isso sim é tortura. O governo do PT nesses anos não fez nada mais do que torturar as pessoas todos os dias. E não uma só, mas milhões e milhões de brasileiros. Tortura é aguentar o PT, o Lula, a Dilma e agora o Haddad.⁹

Porque participaram da luta armada, os militantes de esquerda torturados pela ditadura não seriam

⁸ "Bolsonaro diz no Conselho de Ética que coronel Ustra é 'herói brasileiro'". **G1**. Disponível em: <https://glo.bo/2fmsW1W>. Acesso em 24 fev. 2019.

⁹ Disponível em: <https://bit.ly/2GHumVJ>. Acesso em 24 fev. 2019.

vítimas inocentes, dignas de compaixão: “teve muitas pessoas que sofreram tortura porque não queriam trabalhar e só queriam bagunçar” (Ibidem). Os usuários do sistema público de saúde, ao contrário, são impotentes diante de sua situação, o que lhes garante o status de sofrendores inocentes. Desse modo, o verdadeiro torturador seria o PT, acusado de roubar milhões dos cofres públicos e assim privar a população de um atendimento médico digno. A corrupção dos governos petistas é apontada pela campanha de Bolsonaro, enfim, como causa dos mais diversos sofrimentos, conferindo a toda a população brasileira o lugar da verdadeira vítima.

Figura 01: Foto veiculada na página “Mulheres Unidas A FAVOR do Bolsonaro”

Fonte: <https://bit.ly/2T1WFFf>. Acesso em 24 fev. 2019.

Populismo e as vítimas da corrupção

O discurso conservador da vítima sublinha a vítima de crime e denuncia as vítimas de preconceito e os que dependem da ajuda do Estado. A propaganda de Bolsonaro podia articular o discurso de combate à corrupção com um discurso de combate ao crime contra a propriedade e a pessoa. Devido à hegemonia de um novo sentido de corrupção, o discurso do candidato ampliou a extensão do conceito de vítima de crime, que passa a incluir não só os que foram ou temem ser assaltados ou mortos nas cidades, mas também os que estão sofrendo pela crise econômica, pela má qualidade dos serviços públicos e pela alta carga de impostos. Essa possibilidade de reuni sob a figura da vítima de crime os temas da segurança pública, da atividade econômica, do contribuinte e da qualidade dos serviços públicos, especialmente a saúde, foi decisiva para estender a coalizão do candidato Bolsonaro.

Em eleições anteriores, as candidaturas conservadoras costumavam focar na necessidade de se fazer sacrifícios tendo em vista uma política econômica neoliberal (através de ajustes fiscais e privatizações, por exemplo) ou apenas na questão da segurança. O combate à corrupção permitiu que o projeto conservador se endereçasse às camadas mais desfavorecidas por ter um viés positivo, que prometia melhorar a condição de vida dos afetados pela crise econômica e dos usuários de serviços públicos: com o fim da corrupção, suas vidas melhorariam. Pela construção midiática de anos de que o grande responsável e beneficiário das práticas de corrupção era o PT e, em segundo lugar, os “políticos”, o discurso conservador do candidato já encontrara constituído o seu adver-

sário. O que resta explicar, portanto, não é como a seletividade nas denúncias de corrupção favoreceu os adversários do PT; é, sim, por que a corrupção se constituiu como explicadora da crise econômica, por que os políticos e funcionários públicos são foco de indignação e, por fim, por que é possível vincular uma dimensão de violência a esse crime de colarinho branco. De fato, três mudanças recentes no conceito de corrupção explicam essas relações entre corrupção apenas de políticos, crise política e violência.

A primeira mudança concerne ao estatuto da corrupção como objeto de conhecimento. Até a década de 1990, pensava-se que cada caso de corrupção era diferente, sendo impossível a generalização e muito menos a quantificação; por só admitir conhecimento local de casos, sempre contextualizado, o objeto "corrupção" era estudado pela antropologia, sociologia e ciência política (KRASTEV, 2004, p. 4). Em meados dos anos 90, porém, surgem e se disseminam índices comparando quantitativamente países segundo seu grau de corrupção, o mais conhecido sendo o da ONG Transparência Internacional. Se a quantificação é possível, economistas vinculados, formal ou informalmente, ao FMI e ao Banco Mundial, ao "descobrirem" uma correlação entre nível de corrupção e subdesenvolvimento, transformam-na em causalidade por supor que a prática de corrupção afeta o investimento. Desse modo, a corrupção passa a ocupar o lugar de causa para subdesenvolvimento, pobreza e desigualdade.

A contemporaneidade entre essa primeira mudança conceitual e a ascensão do neoliberalismo não é casual. Com o neoliberalismo, ganha hegemonia a crença de que um país não se desenvolve

como poderia devido à ineficiência de empresas estatais e de leis que restringem o livre fluxo de capitais e mercadorias, impedindo a ação do mercado na alocação eficiente de recursos. Parte dessa distorção pode se dar na forma da ação de políticos e funcionários públicos que, na sua busca privada por enriquecimento, enviesam a competição entre agentes econômicos, favorecendo, em troca de recursos, aqueles que são menos eficientes.

Não é casual, portanto, a presença de um discurso defendendo a retirada de restrições à atividade empresarial e ao funcionamento do mercado de trabalho nos programas em que é destacado o combate à corrupção: no programa do dia 12, no qual é dito que Brasília se tornou um balcão de negócios, o candidato promete: "acima de tudo, retirar o governo do cangote dos empresários"¹⁰; no dia 17, praticamente todo o seu programa foi dedicado a indicar os males causados pela corrupção do PT¹¹. O candidato, no final, promete desregulamentar o mercado de trabalho.

O nexo entre índice de corrupção e desenvolvimento econômico é apenas uma correlação. A direção da causalidade pode ser contestada: alto nível de corrupção é quem causa o subdesenvolvimento ou, ao contrário, é o subdesenvolvimento que gera alto nível de corrupção? A maior parte dos artigos propondo que é a corrupção que causa o subdesenvolvimento foi escrita por economistas que então tra-

¹⁰ "Primeiro Programa Eleitoral de Jair Bolsonaro no 2º turno". Disponível em: <https://youtu.be/OwchEHLhcJw>. Acesso em 24 fev. 2019.

¹¹ "Relembre a 5ª Propaganda Eleitoral de Bolsonaro Presidente com Paulo Guedes". Disponível: <https://youtu.be/pirBEsz01VY>. Acesso em 24 fev. 2019.

balhavam no Banco Mundial e no FMI (MAURO, 1995; ROSE-ACKERMAN, 1999). No entanto, a atual diretora do FMI, Christine Lagarde, admitiu em um artigo que é difícil, da correlação entre corrupção e subdesenvolvimento, estabelecer a causação: estudos recentes não encontraram nenhum efeito significativo da corrupção sobre o crescimento (LAGARDE, 2016, p. 2128).

Aceitemos por um instante que exista causalidade. Como ela se daria? Em um primeiro nível, a corrupção só redistribui renda. Mesmo que seja muito grande e que a renda vá para o exterior, a causalidade não funciona. Acreditemos, como diz a campanha no dia 19, que a Lava Jato e o Petrolão sejam “o maior caso de corrupção do mundo” e que tenham sido roubados ao longo dos governos do PT “inacreditáveis 47 bilhões de reais”¹². Dado que o PIB do Brasil em 2018 foi de cerca de 6,8 trilhões, o total ao longo de 14 anos equivale a mero 0,7% do que é produzido em um único ano.

Evidentemente, os economistas que defendem a relação causal não consideram a quantidade roubada, que é pouca e só redistribui a renda internamente. Para o efeito sobre o crescimento, propõem que o nível de corrupção afeta a disposição de investir do capital estrangeiro, pois a corrupção tende a favorecer os empresários nacionais por conhecimento e age como um imposto, com o adicional de ser incerto. A campanha adota essa tese de que o nível de corrupção pode atrapalhar o investimento. No dia 16, após afirmar que “você, mais do que ninguém, sabe que o Brasil está quebrado e que a herança do PT atinge

¹² “Relembre a 7ª Nova Propaganda Eleitoral de Bolsonaro - Escândalos do PT e Combate à Corrupção”. Disponível em: <https://youtu.be/odXckcEtmDw>. Acesso em 24 fev. 2019.

a sua vida", o programa propõe que "os investidores perderam de vez a confiança; afinal, quem vai investir num país atolado em escândalos?"¹³.

O sentido mais explorado na propaganda é direto: afirma que só há limitação de recursos porque há roubo. Afinal, é a forma mais simples de compreender por que há desigualdade e pobreza: empobrecemos porque os "políticos" roubaram. Esse raciocínio é explorado por Deltan Dallagnol (2017) em seu livro em defesa da Lava Jato. Estimando que a perda média anual da corrupção seria de 200 milhões de dólares e que toda essa perda seria retirada da receita do Estado, ele propõe que esse dinheiro seria capaz de triplicar os investimentos em educação, triplicar os investimentos em saúde, quadruplicar os gastos em segurança pública, asfaltar 111 mil quilômetros de estrada, duplicar a malha ferroviária, construir 4 milhões de casas populares, aumentar em 26 vezes o gasto em ciência e tecnologia, universalizar os serviços de água encanada e coleta de esgoto, tirar 10 milhões da miséria e, por fim, diminuir a carga tributária em 10%. Difícil encontrar exemplo mais acabado da fantasia de que não haveria recursos escassos se houvesse moralidade dos governantes. Mas é um sofisma: o texto não deixa claro que o dinheiro talvez fosse suficiente para cada um dos itens, e não para todos ao mesmo tempo. Caso deixasse claro, a tradicional questão da política voltaria, substituindo a moralidade: a que alvos, todos meritórios, destinar os recursos escassos? E em que estados e municípios?

¹³ "Quarta Propaganda Eleitoral De Jair Bolsonaro 17 | 2º Turno - Muda Brasil De Verdade!". Disponível em: <https://youtu.be/PMIzPCryKsg>. Acesso em 24 fev 2019.

A propaganda eleitoral por diversas vezes sustentou a crença de que a má qualidade dos serviços públicos e a abrangência limitada de uma política pública eram causadas pela corrupção. Em um programa endereçado aos eleitores nordestinos, o candidato pede para que olhem nos seus olhos e diz: “o Bolsa Família terá o décimo terceiro salário. Esses recursos virão do combate à fraude, ao roubo e à corrupção”¹⁴. De fato, o vínculo entre imoralidade dos políticos, especialmente do PT, e má qualidade dos serviços públicos é explorada por praticamente todos os programas analisados. Um trecho foi repetido em três deles: após afirmar que “a baderna do PT está sendo paga pelos mais pobres que dependem dos hospitais, das escolas, da segurança pública”, o programa usa o artifício de “pessoas comuns” para concretizar os males causados pela corrupção: “a segurança está um caos”; “eu entrei uma hora num posto de saúde e saí dez da noite”; “a gente precisa de saneamento básico, de esgoto tratado, de saúde”; “com a roubalheira, você afeta todos os setores”; “essa bagunça tem que acabar” (Ibidem). Assim, permitia reunir um grande número de diferentes problemas e, sobretudo, prometia melhorar a vida dos “mais pobres”.

A segunda mudança no conceito de corrupção, consolidada em meados da década de 1990 e também associada à ascensão do neoliberalismo, concerne ao foco da indignação. O código penal brasileiro, redigido ainda na década de 1940, diferencia entre o crime de corrupção ativa (quem corrompe) e de corrupção passiva (quem é corrompido). Pela diferen-

¹⁴ “Sexta nova propaganda eleitoral de Bolsonaro escancara como corrupção do PT ‘drena’ o Nordeste”. Disponível em: https://youtu.be/d_cVOT6b0yQ. Acesso em 24 fev. 2019.

ça de valor que a linguagem cotidiana marca entre ativo e passivo, percebe-se que a ênfase da indignação estava outrora focada em quem corrompia.

Um exemplo mais direto desse sentido anterior, que enfatizava o corrompedor, é a definição publicada no jornal *O Globo* (1954, p. 9): “corrupção, segundo os dicionários de língua portuguesa, significa ato de corromper; depravação; suborno”. Pela definição, se uma empresa pagasse uma mensalidade a um governador para ser privilegiada nos gastos do Estado, as notícias endereçariam nossa indignação à empresa e não ao governador. Até porque poderia haver uma corrupção do Estado, aquela onde o Estado comprava nosso voto ou nos persuadia imoralmente da validade de suas ações. Em um dos momentos em que mais se falou de corrupção no Brasil, o sentido do termo era diferente do nosso.

A ênfase hoje recai sobre quem é corrompido, como na definição proposta pelo Banco Mundial em 1997: corrupção é abuso de cargo público para benefício privado. O ministro do STF Luís Roberto Barroso secunda o Banco Mundial ao propor que “corrupção significa levar vantagem indevida para fazer ou deixar de fazer alguma coisa” (BARROSO, 2018, p. 31). Como só políticos e funcionários possuem cargo com poderes discricionários e, portanto, podem fazer ou deixar de fazer algo que favoreça um terceiro em detrimento do público, a atividade pressuposta nessa definição do ministro reside em quem ocupa esses cargos no Estado.

A mudança no objeto privilegiado de indignação moral resulta, de fato, de uma continuidade: as democracias contemporâneas mantêm a crença na política como forma de construir o futuro através da ação coletiva no presente. Essa crença, antes, se

dava positivamente como possibilidade de compreender o nexo entre os problemas sociais do presente e as características da sociedade, de modo a agir coletivamente sobre elas para reduzir ou extinguir os sofrimentos que causavam.

Hoje, porém, com o desaparecimento da utopia socialista e com o capitalismo tornando-se o horizonte incontornável de ordenação das relações de trabalho, acreditar que a imoralidade dos políticos é causa maior de inúmeros sofrimentos implica ainda em ter a esperança de que é possível agir para reduzi-los ou minorá-los: bastaria a remoção de políticos e funcionários imorais. Para todo aquele que adere à crença de que a corrupção é causa maior de inúmeros sofrimentos, a transparência do Estado aos cidadãos parece ser a utopia apropriada a nossa era (ROSANVALLON, 2006, p. 262). Se a imoralidade atual ou virtual de políticos e funcionários é controlada pela visibilidade de suas ações, a economia cresce, os serviços públicos melhoram, a insegurança é minorada, a desigualdade tende a se identificar à que deveria existir pelo mérito e uma série de eventos trágicos, como acidentes e catástrofes, deixa de ocorrer.

Diversas notícias sobre casos de corrupção nos últimos quatro anos ilustram essa mudança do objeto da indignação. Eis uma delas. Em 10 de dezembro de 2016, foi vazado o acordo de delação de Claudio Melo Filho, diretor da Odebrecht. Foi saudada como a “delação do fim do mundo” e como uma antologia da corrupção, pois implicava 54 parlamentares, tendo sido pagos mais de 17 milhões para a aprovação de 14 medidas provisórias¹⁵. Mas a história só ficou quatro dias no centro do noticiário e as notícias só focavam

¹⁵ “Esquema para aprovar 14 MPs custou R\$ 17 milhões, afirma delator”. **O Globo**. Disponível em: <https://glo.bo/2Vg6Ja3>. Acesso em 24 fev. 2019.

os políticos corrompidos. Não houve nenhum esforço dos grandes jornais para estimar quanto dinheiro a Odebrecht teria ganho com a aprovação das leis, nem como a forma que tomaram pôde ter prejudicado os cidadãos. Não houve desejo de evidenciar qual era o interesse da Odebrecht, nem a possibilidade de conflito entre o que interessava à Odebrecht e o que interessava aos brasileiros.

Na campanha televisiva de Bolsonaro, a ênfase da indignação nos políticos e funcionários é quase um pressuposto, já que se trata de uma crítica ao PT. Esse privilégio aparecia mais quando Bolsonaro queria se destacar dos políticos e se colocar como alguém contra o “sistema”. No final do programa de 22 de outubro, no instante costumeiramente reservado às suas falas, o candidato propõe-se como guerreiro da integridade que lutou durante anos contra os políticos poderosos: “Como vencer um sistema? Como vencer uma máquina tão aferrada no terreno como é essa máquina que existe em Brasília?”¹⁶. O programa do dia 17 abre espaço para Guedes, já anunciado como seu futuro ministro da Economia, que reforça o quanto a corrupção é coisa de político: “e o dinheiro fica lá em cima em vez de ir aonde o povo está, que é na saúde, na educação, na segurança, que são prioridades. [Bolsonaro] Viu onde falta dinheiro e sabe que não é em Brasília”¹⁷.

Além de Brasília como lugar simbólico, outra dimensão espacial é importante: a diferença entre “lá

¹⁶ “10º propaganda eleitoral do Bolsonaro no segundo turno”. Disponível em: <https://youtu.be/iD3F0C0Ewa0>. Acesso em 24 fev. 2019.

¹⁷ “Relembre a 5ª Propaganda Eleitoral de Bolsonaro Presidente com Paulo Guedes”. Disponível em: <https://youtu.be/pirBEsz01VY>. Acesso em 24 fev. 2019.

em cima" (a elite corrupta) e o povo. Essa diferença marca a pertinência de Bolsonaro ao populismo. Segundo a conceituação de Mudde e Kaltwasser (2017), populismo seria uma ideologia que supõe um antagonismo entre um povo inocente e puro, de um lado, e uma elite corrupta de outro. Nessa ideologia, o líder deve ser construído como alguém fora do sistema, fora da elite e em luta contra ela. Essa construção também foi recorrente na propaganda e nas *lives*, em texto e imagens. Como imagens, temos a simplicidade do cenário e o uso de vídeos pessoais. No texto e na propaganda da TV, afirmam que o programa é simples por não utilizar o fundo partidário, e que o candidato, por se situar fora do sistema, é honesto: "Só elegendo um presidente forte, independente, que não tem compromisso com indicação política e não tem medo de enfrentar o sistema, teremos a esperança de virar essa triste página da nossa história" ¹⁸.

A última mudança conceitual talvez seja uma peculiaridade da cultura brasileira recente. Ela consiste em conferir uma dimensão de violência a um crime que até bem pouco tempo atrás era considerado de colarinho branco e não um crime contra a pessoa ou a propriedade. Deltan Dallagnol novamente serve de exemplo pela capacidade de associar o imaginário de violência à corrupção: "a corrupção é uma serial killer que mata em silêncio. Ela se disfarça de buracos em estradas, falta de medicamentos, crimes de rua, miséria" (DALLAGNOL, 2017, p. 583). Essa associação entre corrupção e violência é retomada, com mais refinamento jurídico, pelo ministro Barroso, do STF. No

¹⁸ "Relembre a 5ª Propaganda Eleitoral de Bolsonaro Presidente com Paulo Guedes". Disponível em: <https://youtu.be/pirBEsz01VY>. Acesso em 24 fev. 2019.

seu voto sobre o indulto de Natal discutido pelo STF em 18 de novembro de 2018, o ministro argumenta que a “corrupção é crime violento praticado por gente perigosa”¹⁹. Temos agora a violência à distância, sem alvo preferido; como se o político corrupto fosse um operador de drones atirando a esmo em uma população inocente. Essa inovação conceitual não ficou restrita a juízes e procuradores que lutam pela integridade no mundo; basta se aproximar de alguma roda de conversa sobre corrupção nas ruas do Rio de Janeiro para ouvir alguém comentar que um corrupto mata sim, por exemplo, ao roubar o dinheiro que permitiria a realização de exames pelos pobres, e que, de fato, os políticos são piores que os traficantes.

A campanha de Bolsonaro explorou essa associação entre corrupção e crime violento. O programa do dia 12 não temeu destacar o nexos entre Lula e Haddad; colocou um presumido homem do povo para explicar que “a maioria dos chefes de tráfico comanda o morro de dentro da prisão; Lula vai ser o cabeça de tudo”²⁰. A semelhança proposta é entre corrupção e tráfico de drogas, com Lula aproximando-se de criminosos como Fernandinho Beira-Mar. De fato, em diversas ocasiões, não se menciona o seu nome; fala-se apenas do “presidiário”. No dia 16, o programa afirma no início que o PT é uma “organização que tem seus principais membros atrás das

¹⁹ “‘Corrupção é crime violento praticado por gente perigosa’, diz Barroso”. **Veja**. Disponível em: <https://abr.ai/2Vgn928>. Acesso em 24 fev. 2019.

²⁰ “Primeiro Programa Eleitoral de Jair Bolsonaro no 2º turno”. Disponível em: <https://youtu.be/OwchEHLhcJw>. Acesso em 24 fev. 2019.

grades"²¹. A virulência da crítica se sustentava nesse nexos entre corrupção e violência; pelo tom, quando se falava do PT e de seus líderes, estavam implícitos os termos “facção” e “assassinos”.

A defesa conservadora da família e da criança

Ao longo dos 28 anos em que ocupou cargos públicos, Bolsonaro, quando aparecia nos jornais, era notícia por conta do teor homofóbico e machista de diversas de suas declarações. Em 2014, afirmou à deputada Maria do Rosário que não a estupraria porque ela não merece²². Em 2017, ao falar sobre seus filhos, declarou: “Foram quatro homens, a quinta eu dei uma fraquejada e veio mulher”²³. Em 2011, criticou ações políticas do PSOL alegando que este era um “partido de pirocas”, que “era coisa de veados o que estavam fazendo” e que “ninguém gosta de homossexual, a gente suporta”²⁴. No mesmo ano, Bolsonaro também chegou a dizer que “seria incapaz de amar um filho homossexual” e que preferiria que seu filho morresse em um acidente do que aparecesse “com um bigodudo por aí”²⁵. Em 2002, sobre a união civil entre casais homoafetivos, alegou: “Não vou combater nem

²¹ “Quarta Propaganda Eleitoral De Jair Bolsonaro 17 | 2º Turno - Muda Brasil De Verdade!”. Disponível em: <https://youtu.be/PMlzPCryKsg>. Acesso em 24 fev. 2019.

²² “Bolsonaro diz que não estupra deputada porque ela não merece”. **Exame**. Disponível em: <https://abr.ai/2OK8Tz2>. Acesso em 21 fev. 2019.

²³ “Veja 10 frases polêmicas de Bolsonaro que o deputado considerou ‘brincadeira’”. **Estado de Minas**. Disponível em: <https://bit.ly/2H786Be>. Acesso em 21 fev. 2019.

²⁴ “7 vezes em que gays e mulheres foram alvo de Bolsonaro”. **Exame**. Disponível em: <https://abr.ai/2Ma5wkr>. Acesso em 21 fev. 2019.

²⁵ “Veja 11 frases polêmicas de Bolsonaro”. **Folha de S. Paulo**. Disponível em: <https://bit.ly/2y3WYCI>. Acesso em 21 fev. 2019.

discriminar, mas se eu vir dois homens se beijando na rua, vou bater”²⁶. Ao comentar sobre a possibilidade de adoção por casais homoafetivos, o ex-militar declarou que “90% desses meninos adotados vão ser homossexuais e vão ser garotos de programa com toda certeza” (Ibidem). Em 2011, Bolsonaro disse à então presidente Dilma Rousseff: “Se o teu negócio é amor com homossexual, assuma, mas não deixe que essa covardia entre nas escolas de 1º grau”²⁷.

Essa última frase se referia ao material da campanha “Brasil Sem Homofobia”, projeto lançado em 2004 com intuito de combater a violência e a discriminação contra a população LGBTQI+. Entre outros pontos, o programa previa a distribuição de material didático-pedagógico abordando temas ligados à sexualidade e à diversidade nas escolas da rede pública e foi recebido com resistência por grupos religiosos cristãos e por camadas mais conservadoras da classe média. Esse material, apelidado de “kit gay” pela bancada evangélica, foi um dos elementos centrais no discurso de Bolsonaro ao longo de toda a corrida presidencial de 2018, em especial porque Haddad fora ministro da educação no governo Lula à época do desenvolvimento do projeto – em suas *lives*, Bolsonaro se refere com frequência ao adversário como o “pai do kit gay”²⁸. Assim, a campanha do candidato do PSL buscou associar os governos

²⁶ “Veja 10 frases polêmicas de Bolsonaro que o deputado considerou ‘brincadeira’”. **Estado de Minas**. Disponível em: <https://bit.ly/2H786Be>. Acesso em 21 fev. 2019.

²⁷ “Em discurso na Câmara, Bolsonaro questiona se Dilma é homossexual”. **Estadão**. Disponível em: <https://bit.ly/2INPagr>. Acesso em 21 fev. 2019.

²⁸ “Live: o PT camaleão”. Disponível em: <https://youtu.be/vsMDEgvwTAM>. Acesso em 10 fev. 2019.

petistas anteriores à distribuição do suposto kit gay nas escolas, responsáveis por “doutrinar” os alunos promovendo a “ideologia de gênero”²⁹.

Esses caras não têm qualquer compromisso com a família. Nenhum. Família pode ser qualquer ajuntamento de qualquer coisa por aí. Não têm qualquer respeito com criança em sala de aula. É a questão de sexo em sala de aula. [...] O que queriam naquele momento: estimular crianças de 6, 7 anos de idade a fazer sexo!³⁰

Para Bolsonaro, o kit gay foi o pretexto para readequar seu discurso às críticas que vinha recebendo por ser intolerante e homofóbico. Após anos exprimindo opiniões abertamente preconceituosas, o candidato adotou uma abordagem menos dura: ao invés de atacar diretamente as políticas de inclusão e as minorias sociais, passou a defender o direito à diferença de pensamento, a preservação dos valores cristãos das famílias tradicionais e a inocência das crianças: “um Brasil livre de preconceito”³¹. Nessa nova retórica, preconceituosos seriam todos aqueles que buscam distinguir e separar os indivíduos a partir de suas identidades e preferências sexuais:

²⁹ A ideologia de gênero é uma “expressão pejorativa que procura designar um conjunto de ideias que naturalizariam comportamentos e identidades supostamente desviantes, mesmo nas crianças. Qualquer estudo ou teoria sobre gênero e sexualidade que questionasse a heteronormatividade e as desigualdades já seria deslegitimado como ideológico” (QUINALHA, 2019, p. 3604).

³⁰ “Novas informações e mentiras que estão sendo difundidas a meu respeito!”. Disponível em: <https://youtu.be/a3DFyl6E1BE>. Acesso em 10 fev. 2019.

³¹ “Bolsonaro: última live antes do segundo turno”. Disponível em: <https://youtu.be/2py6E3U2wCc>. Acesso em 10 fev. 2019.

Eu não tenho nada contra quem tem essa opção [sexual]. O estado não tem nada a ver com isso. Qualquer coisa que rola em Brasília vem sempre alguém do PT, do PCdoB, do PSOL fazer uma emendinha lá pra chamar atenção pra quem é bissexual, transexual, transgênero, gay, seja lá o que for. Não podemos concordar com isso. Nós somos seres humanos, temos direitos iguais e deveres, e não podemos ficar criando classes especiais³².

Ao frisar que não tem nada contra as diversas orientações sexuais, Bolsonaro estrategicamente optou por uma narrativa que buscava minimizar suas falas anteriores e transferir a atenção à suposta “sexualização precoce” das crianças que estaria acontecendo nas escolas. Para esse discurso, a família tradicional brasileira estaria sendo refém, uma instituição ameaçada pela imposição de pautas progressistas referentes à sexualidade e aos costumes (ALMEIDA, 2019, p. 593). Enquanto a mídia, seus oponentes e a militância de esquerda salientavam a necessidade de preservar o Estado laico, Bolsonaro tinha “Deus acima de todos” como slogan: “Os ativistas conservadores cristãos acreditam que são vítimas inocentes de numerosas injustiças. Vivendo em uma sociedade ostensivamente secular, eles acreditam que são perseguidos por suas crenças” (STEIN, 2001, p. 121, tradução nossa). O problema não residiria em ser homossexual, mas na influência negativa que as escolas poderiam representar à inocência das crianças e às famílias:

Quem não tem um amigo, um parente, um gay, homossexual. E ninguém tem nada a ver com isso. Nós somos contra o material escolar para a garotada em

³² “14/10/2018: Bolsonaro fala mais verdades!”. Disponível em: <https://youtu.be/KGVTURYPRrU>. Acesso em 11 fev. 2019.

sala de aula. [...] É bem claro aqui [no “Brasil sem homofobia”]: ‘no currículo escolar deve ser ministrado então uma doutrina onde se reconheça todas as configurações familiares, protagonizadas por lésbicas, gays etc.; com base na desconstrução da heteronormatividade’. Ou seja: além de dizer que é normal tudo o que acontece aqui, ele quer desconstruir o casal hétero³³.

Segundo ele, a herança dos governos petistas foi “um país que viu seus valores familiares desgastados” e imerso “na mais profunda crise ética, moral e econômica”³⁴. Em um dos programas eleitorais, os personagens da campanha de Bolsonaro invocam a questão da família e do ensino infantil como forma de angariar a simpatia do eleitorado: “Eu estou falando é de valores, de família e de costumes. [...] Eu quero que as escolas ensinem matemática, português, geografia. Minhas crianças são inocentes; não vem com livro de besteiras pra elas, não!”³⁵. Ainda no mesmo programa, uma entrevistada afirma: “Ele está resgatando os valores da família, os valores morais”. Bolsonaro confirma em outra inserção: “Nós respeitamos a família brasileira. Nós respeitamos a inocência da criança”³⁶.

Além das acusações de homofobia e preconceito, o candidato se viu obrigado a responder às críticas por ter se posicionado contra a criação do Estatuto da Pessoa com Deficiência em 2015. Bolso-

³³ “Live: o PT camaleão”. Disponível em: <https://youtu.be/vsMDEgvwTAM>. Acesso em 10 fev. 2019.

³⁴ “Bolsonaro fala ao Brasil. Estamos no segundo turno!”. Disponível em: <https://youtu.be/W03TbRU7So0>. Acesso em 10 fev. 2019.

³⁵ “Sexta nova propaganda eleitoral de Bolsonaro escancara como corrupção do PT ‘drena’ o Nordeste”. Disponível em: https://youtu.be/d_cVOT6b0yQ. Acesso em 11 fev. 2019.

³⁶ “Jair Bolsonaro é contra a sexualização precoce nas escolas”. Disponível em: <https://youtu.be/LUPg1QxQ3Jk>. Acesso em 18 fev. 2019.

naro usou as redes sociais para se defender: em uma *live*, seu filho Eduardo esclareceu que a família se opôs a um destaque do texto que incluía especificidades quanto à orientação sexual. Segundo ele, “esse pessoal [da esquerda] é tão doente mental que até quando você vai falar sobre deficientes eles não têm compaixão. Querem atochar matéria de ideologia de gênero, orientação sexual até nisso daí”³⁷.

Para minimizar a repercussão negativa de seu voto contrário à lei, a luta pelos direitos dos deficientes passou a ser um dos aspectos frequentemente retomados por sua campanha. No dia 21, a propaganda destacou: “Quase 24% dos brasileiros são portadores de algum tipo de deficiência. Os governos do PT ficaram só no discurso, e o dia-a-dia de uma pessoa com deficiência no Brasil é muito difícil”³⁸. Sua esposa é então apresentada como “uma mulher forte e sensível, dedicada à causa das pessoas com deficiência” (*Ibidem*).

Ao enfatizar que pessoas com deficiência foram negligenciadas pelos governos do PT e que se tentou “atochar ideologia de gênero” porque nem com “os deficientes eles têm compaixão”, a narrativa da campanha disputa outro lugar de verdadeira vítima. Assim, Bolsonaro explorou o reconhecimento social de que o sofrimento dos deficientes é legítimo de modo a construir uma imagem positiva de si, um candidato preocupado com as causas justas. Nas palavras de sua esposa: “O Jair tem um brilho no olhar diferen-

³⁷ “Fakenews de araque: os cães ladram e a caravana passa”. Disponível em: <https://youtu.be/m-F1jDvCMk4>. Acesso em 10 fev. 2019.

³⁸ “Agora é oficial | 9º propaganda eleitoral de Bolsonaro | segundo turno”. Disponível em: <https://youtu.be/6qLfj3Wh0>. Acesso em 20 fev. 2019.

ciado. Ele é um cara humano, ele é um cara que se preocupa com as pessoas. [...] Ele é um ser humano maravilhoso" (Ibidem).

Sabemos que a eleição presidencial de 2018 foi marcada por uma ampla mobilização feminina contra a candidatura de Bolsonaro, em um movimento suprapartidário conhecido como #EleNão, que reuniu centenas de milhares de mulheres em diversas cidades brasileiras protestando contra os posicionamentos sexistas do candidato. A surpresa, no entanto, veio do fato de Bolsonaro ter crescido nas intenções de voto entre o eleitorado feminino logo após a manifestação. Seu crescimento pode ser atribuído à "circulação de vídeos com montagens de cenas escatológicas e de nudismo, potencialmente ofensivas, falsamente captadas nos atos de inspiração democrática e feminista" (SINGER; VENTURI, 2019, p. 5129). Por efeito dessas imagens, a manifestação foi considerada por muitos eleitores como exemplo de vandalismo e imoralidade das feministas, que não representariam as mulheres brasileiras. Bolsonaro, por outro lado, se coloca como defensor das verdadeiras vítimas, propondo penas duras para estupradores: "Duvido quem defenda mais a mulher do que eu dentro do parlamento, com projetos realmente sérios, para punir quem faz maldade com mulher, como por exemplo a castração química"³⁹.

Bolsonaro procurou se apresentar como "cidadão de bem", pai de família, protetor das mulheres, humilde e cristão, capaz de restaurar a ordem e a moral. Frisando a tolerância e o respeito aos valores tradicionais, foi capaz de atender demandas dos se-

³⁹ "Bolsonaro: última live antes do segundo turno". Disponível em: <https://youtu.be/2py6E3U2wCc>. Acesso em 22 fev. 2019.

tores mais conservadores da sociedade sem se expor com declarações polêmicas, que poderiam fragilizar sua imagem junto às camadas mais moderadas da classe média.

Por fim, cabe notar que, ao instituir aquelas que seriam as verdadeiras vítimas, também foram construídos por negação os antagonistas a serem combatidos. Em primeiro lugar, o PT, constituído como mal maior e origem de todas as outras mazelas. Em seguida, professores mal-intencionados, universitários, manifestantes de esquerda, feministas, comunistas etc.: "para atacar o campo progressista e acadêmico, vale todo tipo de investida, mas preferivelmente as morais, como apresentar esses atores como aqueles que negam a possibilidade de existência da família tradicional cristã" (SOLANO, 2019, p. 4409).

Considerações finais

Uma opinião bastante difundida, formulada ainda durante a disputa, foi a de que o PT não conseguiu um discurso que fosse endereçado aos pobres, especialmente à sua demanda de segurança. Os argumentos desenvolvidos neste texto permitem problematizar essa opinião. Seria difícil ao PT adotar um discurso de segurança e não apenas porque tende a recusar o punitivismo, a defender os Direitos Humanos. Foi fixado no partido o rótulo de associação criminosa pela difusão do nexos entre corrupção e crime violento; como criminosos poderiam querer acabar com o crime? Mais importante, a crença de que a corrupção causa subdesenvolvimento e má qualidade de serviços públicos fez o PT ter que disputar a posição de partido que defende as camadas menos favorecidas. Nas eleições de 2018, o discurso conservador

prometeu vida melhor a todos por combater com vigor os corruptos criminosos.

A coalizão de Bolsonaro foi vencedora. Mas, como propusemos, é uma coalizão frágil, o que vem sendo demonstrado desde a formação de seus ministérios. As frases de Damares Alves sobre sexualidade e os comentários do ministro da Educação sobre o acesso à universidade e marxismo cultural, complementados pela proposta de submissão à política externa norte-americana feita pelo ministro das Relações Exteriores, têm um grau de aceitação menor que a crítica à indução de uma sexualização precoce pelo Estado. E o discurso em defesa da moralidade pública já é visto como tal, isso é, como um mero discurso, diante das denúncias de corrupção e de vínculo com milícias atingindo seu partido e sua própria família.

Os argumentos desenvolvidos no artigo permitem compreender também um elemento mais duradouro entre os legados dessa disputa eleitoral: a centralidade da figura da vítima, ou melhor, a centralidade da disputa por quem é a verdadeira vítima. Enquanto houver essa centralidade, o populismo conservador, as guerras culturais e as dificuldades de aliança entre os diferentes movimentos de minoria farão parte do horizonte de nossa política.

Referências

ALMEIDA, R. Deus acima de todos. In: **Democracia em risco?**: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo, Companhia das Letras, 2019. Arquivo Kindle.

BARROSO, L. R. **A judicialização da vida e o papel do Supremo Tribunal Federal**. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

BENKLER, Y; FARIS, R; ROBERTS, H. **Network propaganda**: manipulation, disinformation, and radicalization in American politics. Nova York: Oxford University Press, 2018.

CAMPBELL, B; MANNING, J. **The Rise of Victimhood Culture**: Microaggressions, Safe Spaces, and the New Culture Wars. Cham: Palgrave Macmillan, 2018.

COLE, A. **The Cult of True Victimhood**: From The War Against Welfare to the War on Terror. Califórnia: Stanford University Press, 2007.

DALLAGNOL, D. **A luta contra a corrupção**: A Lava Jato e o futuro de um país marcado pela impunidade. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2017.

ERNOUT, A; MEILLET, A. **Dictionnaire étimologique de la langue latine**: histoire des mots. Paris: Klincksieck, 2001.

GARLAND, D. **The Culture of Control**: Crime and Social Order in Contemporary Society. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.

KRASTEV, I. **Shifting Obsessions**: three essays on the politics of anticorruption. Budapest: Central European University Press, 2004.

LAGARDE, C. Addressing corruption - openly. In: CAMERON, D. **Against corruption**: a book of essays. Londres: OGL, 2016.

MAURO, P. Corruption and growth. **The Quarterly Journal of Economics**. v. 110, n. 3, 1995.

MUDDE, C; KALTWASSER, C. R. **Populism**: a very short introduction. Nova York: Oxford University Press, 2017.

O GLOBO. **O livro negro da corrupção**. Edição Extraordinária. Rio de Janeiro, 1954.

QUINALHA, R. Desafios para a comunidade e o movimento LGBT no governo Bolsonaro. In: **Democracia em risco?**: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo, Companhia das Letras, 2019. Arquivo Kindle.

ROSANVALLON, P. **La contre-démocratie**: la politique à l'âge de la défiance. Paris: Éditions de Seuil, 2006.

ROSE-ACKERMAN, S. **Corruption and government**: causes, consequences, and reform. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SIMON, J. **Governing Through Crime**: How the War on Crime Transformed American Democracy and Created a Culture of Fear. Nova York: Oxford University Press, 2007.

SINGER, A; VENTURI, G. Sismografia de um terremoto eleitoral. In: **Democracia em risco?:** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo, Companhia das Letras, 2019. Arquivo Kindle.

SOLANO, E. A bolsonarização do Brasil. In: **Democracia em risco?:** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo, Companhia das Letras, 2019. Arquivo Kindle.

STEIN, A. Revenge of the Shamed: The Christian Right's Emotional Culture War. In: GOODWIN, J; JASPER, J. M; POLLETTE, F. P. **Passionate Politics:** Emotions and Social Movements. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 2001.

SUNSTEIN, C. R. **#Republic:** divided democracy in the age. Princeton: Princeton University Press, 2017.

VAZ, P. *et al.* A vítima virtual e sua alteridade: a imagem do criminoso no noticiário de crime. **FAMECOS**. Porto Alegre, n. 30, p. 71-80, 2006.

DADOS DOS AUTORES

Paulo Vaz

Universidade Federal do Rio de Janeiro

É doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, docente do PPGCOM/ECO-UFRJ e coordenador do grupo de pesquisa Risco, Portador e Vítima Virtual. paulovaz.ufrj@gmail.com

Nicole Sanhotene

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Nicole Sanhotene é doutoranda e mestre em Comunicação e Cultura pela ECO-UFRJ. Bolsista CAPES. freire.nicole@gmail.com

Amanda Santos

Universidade Federal do Rio de Janeiro

É doutoranda e mestre em Comunicação e Cultura pela ECO-UFRJ. Bolsista CNPq. amandassantos94@gmail.com